

O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição*

Verena Alberti**
CPDOC-FGV

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973 e tem como principais atividades a pesquisa histórica e a constituição, preservação e divulgação de um expressivo patrimônio de arquivos pessoais e de depoimentos orais de pessoas que atuaram na história brasileira posterior a 1930.

Dois anos depois de sua criação, começaram a ser realizadas, pelos pesquisadores do CPDOC, as primeiras entrevistas de história oral, num momento em que essa metodologia se firmava como novidade no mundo acadêmico internacional e se difundia nos e a partir dos Estados Unidos e Europa, resultando na implantação de diversos programas de história oral, bem como de inúmeras pesquisas que dela se valeram como método de investigação no campo das ciências humanas.

Articulando pesquisa e documentação, o Centro vem produzindo, desde 1975, um acervo de depoimentos de importância reconhecida tanto no Brasil como no exterior. Atualmente ele conta com 3.137 horas de entrevistas gravadas, além de aproximadamente 170 horas de entrevistas doadas por outras instituições. No total são 674 entrevistas, 3.314 horas de gravação, 3.244 fitas cassete, 1.640 fitas rolo e 45 fitas de vídeo. Esse constitui o acervo bruto de entrevistas de história oral, ponto de partida de diversas produções do CPDOC, como textos de análise, publicações de entrevistas editadas, livros sobre temas tratados em determinados conjuntos de entrevistas, teses acadêmicas etc. Parte desse acervo, até o momento um total de 289 entrevistas, foi transcrita e processada, estando à disposição do público de pesquisadores. Outra parte, 54 entrevistas, encontra-se aberta à consulta na forma de escuta.

O objetivo deste texto é recapitular, em linhas gerais, a história da constituição desse acervo de fontes orais, contribuindo para o debate da avaliação e das

* Trabalho apresentado no seminário *História Oral no Sudeste: avaliação e perspectivas*, realizado em São Paulo, de 30 a 31 de março de 1998.

** Historiadora, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ), e doutora em Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha)

perspectivas do trabalho com a história oral, a partir de uma experiência institucional concreta.

1. Formação do acervo e trajetória do CPDOC

A constituição do acervo de entrevistas do CPDOC sempre esteve atrelada à própria história do Centro, a começar pela linha de acervo. Veja-se, por exemplo, como se definiu o objeto de investigação do Programa de História Oral do CPDOC no primeiro projeto institucional de que fez parte, em fins de 1975:

"Em função dos objetivos da instituição e de seus pesquisadores, definimos a investigação no âmbito da classe política, dentro do qual procuraremos definir seus componentes, sua inserção social, influências intelectuais e políticas, os subgrupos que os compõem, suas respectivas funções, desempenho, conflitos e clivagens, visão de mundo, projetos específicos, visão retrospectiva de sua atuação e reavaliação do período etc."

A definição do que seria a "classe política" era dada a seguir: "o conjunto de indivíduos que ocupa posições de mando na sociedade, e que exerce influência direta sobre as decisões centrais que afetam a comunidade em seu conjunto". O projeto deixava claro que faziam parte desse conjunto "não apenas os que ocupam cargos formais dentro do aparelho de Estado, como aqueles que, situando-se fora dele, cooperam com ele ou o hostilizam, constituindo, eventualmente uma 'contra-elite', ou classe política potencial, passível de converter-se - em momentos históricos de ruptura - em futura classe política." Eis, portanto, o ponto de partida do que mais tarde seria chamado de tema continente do programa de história oral do CPDOC, isto é, "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje", entendendo-se "elites políticas" em sentido amplo.

Ainda no mesmo projeto, eram dados os marcos históricos da investigação: 1922, 1930, 1946, 1964 e "os dias de hoje" (evidentemente uma categoria mutante). E a justificativa alinhava-se, mais uma vez, como não poderia deixar de ser, aos objetivos do CPDOC como um todo, àquilo que se tornou sua marca, sua identidade entre as instituições de pesquisa no país:

"Fixou-se como primeiro referencial o ano de 1922, ao invés de 1930, por ele se evidenciar como a data real de articulação de uma nova classe política, que ocupa o poder efetivamente em 1930, mas que se constitui enquanto tal nos anos tumultuados que precedem a Revolução de 1930. Como segundo ponto de demarcação escolheu-se o ano de 1946, data em que se inaugura o período de 'redemocratização' regido por uma nova constituição. Como terceiro ponto de demarcação, 1964, que inicia um novo período da história política brasileira. [Finalmente], não é conveniente definir uma data-limite para a investigação, uma vez que ela depende da atuação de cada personagem, as entrevistas podendo interromper-se em períodos mais recuados ou em acontecimentos mais recentes."

A estreita relação entre o processo de constituição do acervo de fontes orais e a história do CPDOC vai além da identidade temática. A formação do acervo de entrevistas esteve desde o início articulada às atividades de documentação e pesquisa, já desenvolvidas pelo Centro. De um lado, a necessidade de formação de um programa de história oral veio do próprio trabalho com arquivos pessoais; de outro, o novo potencial da metodologia de história oral diversificou e enriqueceu o trabalho de pesquisa. Mais uma vez, o primeiro projeto institucional do programa de história oral é significativo:

"O programa de história oral tem como finalidade complementar e enriquecer os dados históricos contidos nos arquivos, contribuindo para uma visão mais completa e integrada da história política contemporânea. (...) o material dos arquivos tem uma peculiaridade: a informação nele contida chega ao pesquisador de maneira desigual e descontínua (...). Os dados de entrevista, ao contrário, constituem um todo coerente e apresentam uma lógica própria, definida em função das histórias de vida, dos objetivos da investigação e da instituição que a promove. (...) Os dados de entrevista foram, inicialmente, utilizados como meio de esclarecer controvérsias e fatos obscuros contidos nos documentos dos arquivos (...). No entanto, (...) a enorme riqueza e diversidade dos dados obtidos por entrevista induziram o Setor de Pesquisa a desdobrar-se e a constituir, de maneira autônoma, o seu arquivo sonoro, com o objetivo de diversificar as fontes de informação referentes à história contemporânea brasileira."

Cabe observar, aliás, que tanto a linha de acervo quanto a estreita articulação entre documentação e pesquisa são marcas de origem que permanecem até hoje no trabalho com a história oral desenvolvido pelo CPDOC. No projeto inicial almejava-se ainda, como efetivamente veio a acontecer, que os pesquisadores do Centro pudessem "articular os dados contidos em seu arquivo documental, em seu arquivo sonoro e em seu Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro", que estava se iniciando.

Uma terceira relação entre a trajetória do CPDOC e o processo de constituição de seu acervo de fontes orais diz respeito às mudanças. É claro que nem a instituição nem seu acervo de fontes orais continuam iguais ao que eram há 25 anos atrás.

Duas dessas mudanças merecem destaque aqui. Em primeiro lugar, a diversificação das linhas de pesquisa. Os objetos de investigação "classe política" ou "elite política", mesmo em sentido amplo, correm o risco de não mais conseguir expressar toda a variedade de temas coberta pelo acervo de história oral do CPDOC. As principais áreas de pesquisa do Centro são hoje elites políticas, partidos e movimentos sociais, pensamento social brasileiro, história da ciência, história das instituições econômicas, história da imprensa, corporativismo e sindicalismo, militares, relações internacionais, educação, historiografia e metodologia de arquivos privados e de história oral. Praticamente todas essas linhas de pesquisa já produziram fontes orais integradas ao acervo de história oral. A tônica sobre a "trajetória e o desempenho das elites políticas" continua, mas hoje preferimos caracterizar nosso acervo como contendo entrevistas de "pessoas que participaram de acontecimentos e conjunturas relevantes da história contemporânea do Brasil".

A outra mudança não poderia deixar de ser aquela que provavelmente atingiu e atinge todos as instituições de pesquisa do país: o fim do financiamento institucional por parte de agências públicas. Até a virada dos anos 1990, o CPDOC contava com financiamentos bi-anuais da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que cobriam a maior parte dos custos da instituição. A partir desse momento, tanto o CPDOC quanto a Fundação Getulio Vargas perderam grande parte dos subsídios do governo federal, de modo que o Centro passou a ter de realizar convênios e parcerias com outras instituições. Ainda que alguns projetos continuem contando com auxílios de agências de fomento, quase a totalidade dos custos da instituição tem de ser financiada de outra forma. Essa circunstância causou evidentemente mudanças profundas na dinâmica de trabalho do Centro, passando a incidir também sobre a constituição de seu acervo de entrevistas, conforme se verá mais adiante.

2. A implantação do programa: "perspectiva totalizante"

Não há dúvida de que a concepção inicial do programa de história oral do CPDOC, formulada por Aspásia Camargo, marcou profundamente o processo de formação do acervo. Assim, apesar de todas as mudanças, certas características iniciais nunca se perderam e passaram a constituir a identidade institucional do programa.

Chama atenção, nos primeiros projetos e relatórios do programa, uma forte convicção acerca do "caráter totalizante" do trabalho que se estava inaugurando. Já vimos acima que o documento de história oral é tido como um "todo coerente", em contraposição ao caráter fragmentado dos documentos de arquivo. Mas sua capacidade globalizadora não pára por aí.

Em um documento de trabalho de 1979, encontramos um item intitulado "Balanço metodológico: história oral e história de vida", no qual Aspásia Camargo diferencia a história oral adotada "nos países que dispõem de uma vigorosa tradição historiográfica e que zelosamente conservam o material indispensável à sua permanente atualização" daquela adotada em países como o Brasil. Nos primeiros, "a história oral tem se desenvolvido como *fonte complementar* de informação histórica, com a função de um 'banco de dados', como o que existe na Universidade de Columbia", ou com o "objetivo de enriquecer a documentação oficial, limitada pelo formalismo das leis", como é o caso do trabalho de Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet sobre as instituições sociais.

"Já em áreas do conhecimento mais carentes", continua Aspásia, "em que o registro histórico é precário ou nulo - pelo desinteresse acadêmico, pela omissão da imprensa ou dos meios de comunicação -, cabe à história oral exercer uma *função globalizadora* de coleta de informações verbalmente transmitidas pelos participantes e testemunhas dos acontecimentos a que se reporta. (...) Em países como o nosso, onde inexiste uma tradição historiográfica consolidada, a importância estratégica da história oral transcende, portanto, as funções mais clássicas de complementaridade (...) e se enquadra mais, a nosso ver, nessa *perspectiva totalizante* (...)."

Vejamos, ainda, como essa "perspectiva totalizante" se coaduna com a capacidade da história oral nos levar a algo próximo de um conhecimento também "total": "Nesse quadro de carência crônica, onde os vazios se estendem sobre amplos domínios do conhecimento, e se prolongam por décadas, cabe à história oral *recuperar a unidade, continuidade e fluxo dos acontecimentos.*"

Como isso seria factível, no caso do programa do CPDOC, já era explicado no primeiro projeto:

O programa tornará "possível a acumulação de dados significativos sobre os integrantes da classe política, como a identificação de projetos políticos, mudanças significativas no sistema de decisões, linhas alternativas de racionalidade e modernização que acompanharam o desenvolvimento brasileiro e, ainda, mais especificamente, o grau de especialização das funções políticas e as formas de cooptação e representação que o caracterizaram."

No documento de 1979, fica claro que um dos maiores "espaços vazios" do conhecimento era efetivamente, para Aspásia Camargo, a história política contemporânea brasileira. O objeto de investigação, agora chamado "elites políticas brasileiras", carrega ele mesmo, também, um caráter totalizante:

"No CPDOC, a tentativa de explorar mais em profundidade um programa de entrevistas com as elites políticas brasileiras encaminhou-se, desde logo, no sentido de articular eventos sucessivos que permeiam a trajetória dos seus atores, e que lhes conferem seu verdadeiro significado social e político. Aliando as informações biográficas (origem social, socialização cultural e política, desempenho em cargos públicos e acontecimentos históricos, redes de influência e relações de lealdade, vinculações regionais e formas de reprodução política) aos marcos históricos significativos de nossa vida política, foi possível acumular dados qualitativamente relevantes sobre o período pós-30."

Dentro desse projeto, é claro que a *história de vida* oferece uma abordagem mais completa, tornando-se, ela também, elemento totalizante. No projeto inicial do programa, já fica clara sua função de ligação entre tempo histórico social e tempo biográfico:

"(...) a reconstituição de histórias de vida induz igualmente à integração factual dos dados, na medida em que cada personagem apresenta-se como suporte significativo da ação política e, como tal, integra organicamente, em sua narrativa, acontecimentos históricos dissociados ou aparentemente díspares."

E no documento de 1979, a importância crucial da história de vida é retomada:

"Se as entrevistas de história oral têm ido além do mero armazenamento de dados, sugerindo e respondendo a questões pertinentes sobre o sistema

político, as formas de controle e reprodução do poder, os cortes geracionais que se superpõem aos processos de mudança e a própria natureza da função política e pública, isso se deve em parte ao fato de que optamos metodologicamente pela reconstituição de *histórias de vida*, que oportunamente faz coincidir a reflexão do depoente com aquilo que ele melhor conhece, que é o fluxo e a sucessão de acontecimentos que compõem sua existência, enquanto homem público e como indivíduo."

Ou seja, todos os elementos têm total interdependência: a *história oral* como totalizante, a *história política* como objeto de estudo (que dá conta das transformações na história contemporânea brasileira desde 1922 etc.) e a *história de vida* como metodologia a mais adequada para alcançar esse objeto.

Chama atenção, sem dúvida, a clareza e a precisão de tal projeto, no interior do qual todos os elementos combinam entre si, desde a inserção institucional até a relevância do objeto e a propriedade das opções metodológicas. Possivelmente essa forte coerência inicial é em grande parte responsável pelo êxito do programa.

Mas ainda não esgotamos a perspectiva totalizante. Ela também aparece, ainda no projeto inicial, em função do público que se pretende beneficiar com o trabalho a ser realizado. De acordo com o projeto, os beneficiários do programa seriam de dois tipos, basicamente. Em primeiro lugar,

"pesquisadores de diferentes especialidades (historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos), interessados no estudo de diferentes aspectos do período coberto pelas entrevistas a serem realizadas, e suas respectivas instituições."

Ou seja, praticamente todas as disciplinas das ciências humanas estariam beneficiadas pelo projeto. Mas não é só. As próprias características da história oral permitem que se almeje ir bem mais longe:

"A longo prazo, o programa pretende atingir, por diferentes canais de divulgação, o cidadão comum, familiarizando-o com seu passado histórico e com as raízes remotas e imediatas de sua própria cultura: condição indispensável à formação da consciência cívica de um povo."

Podemos inferir: em países em que o registro histórico é precário ou nulo, a história oral é uma solução não apenas para os vazios de conhecimento, mas também para a formação de um sentimento (totalizante) de nação. O projeto do CPDOC é, portanto,

totalizante também em função de seu desejo de alcançar o público mais amplo, e não apenas o acadêmico - e nesse aspecto ele não se diferencia em absoluto de outros programas de história oral.

E porque se deseja alcançar um público mais amplo, a própria condução das entrevistas deve ser adaptada a esse objetivo, obtendo-se informações para uma gama grande de interesses. É o público, de um lado, e o entrevistado, de outro, que determinam a condução dos trabalhos, conforme estabelecido já no projeto inicial:

"o sentido ético e científico que preside a orientação do programa (...) define-se duplamente: com relação aos potenciais *usuários* e, nesse sentido, para melhor atendê-los, as informações obtidas devem ser precisas, amplas e diversificadas, tendo em vista interesses diferentes; e com relação ao personagem *entrevistado*, com o qual os compromissos éticos são mais profundos, na medida em que depoimentos confidenciais ganham um caráter público, com todas as implicações que daí decorrem. Por essa razão, impõe-se a necessidade de um programa com normas de trabalho prévia e rigidamente definidas, orientadas no sentido de assegurar os direitos daqueles que nos delegam, generosamente, informações preciosas, e de criar o contexto dentro do qual o caráter científico da informação não seja desvirtuado."

Finalmente, como se pode depreender da última frase citada acima, a perspectiva totalizante atinge as próprias normas de trabalho: desde o início, havia consciência de que era necessário ter regras claras para garantir a viabilidade do projeto. Muito provavelmente por essa razão, também, o programa só se constituiu enquanto tal após a realização do primeiro curso de história oral, na Fundação Getúlio Vargas, em julho de 1975, com patrocínio da Ford Foundation e da Finep (verificar?).¹

3. Primeiros anos de funcionamento

Os documentos internos como projetos e relatórios são bastante úteis para se acompanhar o funcionamento do programa e a formação do acervo de entrevistas do CPDOC.

¹ Marieta de Moraes Ferreira faz referência a esse curso no artigo "História oral e tempo presente", in: *(Re)introduzindo a história oral no Brasil* / org. José Carlos Sebe Bom Meihy. São Paulo, Xamã, 1996.

É preciso deixar claro desde já que as atividades de realização de entrevistas nunca estiveram restritas à equipe do programa implantado em 1975. Todos os setores do CPDOC - o de Pesquisa, no qual o programa de história oral se inseria de início, o de Documentação e o do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - nunca deixaram de produzir entrevistas para o acervo. Assim, já em relatório de 1977, há referência a entrevistas realizadas pelos setores de Pesquisa (10), Dicionário Histórico-Biográfico (2) e Documentação (2).

Mas havia uma diferença importante: enquanto os pesquisadores do programa estavam de alguma forma imbuídos de sua “missão totalizante”, constituindo um banco de dados que cobrisse vazios de conhecimento para um público de interesses múltiplos, os pesquisadores dos demais setores muitas vezes tinham objetivos mais específicos, como cobrir determinado tema para uma pesquisa.

Talvez por isso, já no relatório de 1976, tenha sido aberta uma possibilidade para além da entrevista de história de vida.

"Adotamos uma orientação mais ampla para o programa, definindo uma dupla frente. De um lado, entrevistas exaustivas de *história de vida*: origem social e familiar, formação intelectual e profissional, grupos de referência, ideologia ou visão de mundo, além, obviamente, de testemunhos dos acontecimentos históricos relevantes. De outro, entrevistas de apoio versando sobre *temas específicos* quando a relevância do entrevistado reduz-se a um momento determinado da vida política ou quando as circunstâncias não permitem depoimentos mais longos. (...) Procuramos assim, com critérios mais elásticos, recuperar informação histórica que seria perdida com a adoção de métodos rígidos de elaboração de roteiros de entrevistas."

Essa flexibilização do desenho inicial daria origem, portanto, aos dois tipos de entrevista que integram até hoje o acervo do CPDOC: a entrevista de *história de vida* e a entrevista *temática*.

Também com relação ao objeto de investigação, foi necessário instituir algumas determinações. No projeto inicial já ficava claro, aliás, que estudar o processo de rearticulação da classe política brasileira de 1922 em diante implicava considerar posições ou cargos específicos:

"Incluimos inicialmente os tenentes e revolucionários remanescentes dos movimentos de 1922 e 1924, da Coluna Prestes e da Revolução de 1930. Ainda, as novas elites políticas, que ascendem ao poder com a Revolução: interventores, ministros de Estado, constituintes, militares, juízes e

procuradores, assessores presidenciais e ministeriais, presidentes e diretores de autarquias, acrescentando também a esta listagem as lideranças profissionais e os jornalistas políticos."

Em relatório de 1977, no entanto, os segmentos das "elites políticas" serão definidos mais claramente: "procedeu-se à classificação das entrevistas por grupos funcionais: segmento político-partidário nacional, segmento político-partidário regional, segmento militar, segmento técnico-financeiro ou administrativo, segmento diplomático." A medida visava não apenas recortar o universo investigado, mas também racionalizar o trabalho dos pesquisadores:

"A fim de racionalizar o trabalho dos entrevistadores e o levantamento de dados para a preparação da entrevista, procurou-se (...) fixar segmentos de elite política passíveis de tratamento homogêneo, segundo orientação político-partidária ou vinculação regional, como foi o caso dos signatários do Manifesto dos Mineiros, dos deputados da Ala Moça do PSD (...), dos políticos representativos da política paraibana (...) e dos membros do extinto PTB (...)."

Finalmente, em relatório de 1979, a divisão aparece consolidada, dando origem a projetos específicos:

"A especificidade e a diversidade dos depoimentos, que se concentraram inicialmente no movimento tenentista e na Revolução de 1930, levaram-nos a desdobrar a elite governante em *blocos* ou *segmentos*, que se converteram em embriões de projetos de pesquisa (elites agrárias, militares, poder regional etc.)."

Com efeito, até 1980, os relatórios mostram que a formação do acervo do CPDOC orientou-se por essa divisão. Entre as entrevistas do segmento de políticos regionais, houve grande investimento nos estados de Minas Gerais (28), Pernambuco (22) e Paraíba (21), e algum investimento em entrevistas com políticos da Bahia (5), São Paulo (4), Maranhão (3), Rio de Janeiro (2) e Rio Grande do Sul (7). O segmento político-partidário esteve assim dividido PTB (11), UDN (12), PSD (10), Ala Moça PSD (4). É claro que há superposição de entrevistados, podendo um mesmo depoimento aparecer em mais de um segmento. Além dos grupos políticos propriamente ditos, aparecem ainda, até 1980, os seguintes segmentos: tenentes/militares (11), classes produtoras (3) e tecnocratas, ministros (16).

Nos anos 1980, o investimento em políticos regionais deixa de ser tão expressivo (algumas entrevistas concentram-se sobre políticos do Amazonas, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e da Paraíba), dando-se maior ênfase a políticos de âmbito nacional, principalmente os que participaram das conjunturas políticas entre 1946 e 1964. Prosseguiram-se as entrevistas com militares que tiveram atuação preponderante anterior a 1964, iniciando-se aquelas com membros da Aeronáutica e da Marinha. Há ainda um bloco de entrevistas temáticas sobre Getúlio Vargas, realizadas por ocasião do centenário de seu nascimento e publicadas no livro *Getúlio: uma história oral*, em 1986.²

Nesse período, o acervo de história oral do CPDOC se beneficiou ainda com o desenvolvimento de duas linhas de pesquisa. A primeira delas, coordenada por Simon Schwartzman, teve como objeto a história da ciência no Brasil e foi realizada pelo setor de pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com a colaboração do CPDOC. Entre 1975 e 1978 foram realizadas 69 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades do trabalho científico no Brasil e no mundo. As entrevistas passaram a integrar o acervo de depoimentos do CPDOC e em 1984 foi publicado o catálogo *História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos* (Rio de Janeiro, CPDOC/Finep), contendo, para cada entrevista, uma breve biografia do entrevistado, o sumário e a ficha técnica do depoimento.

A segunda linha de pesquisa diz respeito à política externa brasileira contemporânea, inaugurada no CPDOC no início dos anos 1980, quando a área de estudos sobre o tema ainda era bastante incipiente no Brasil. Entre as entrevistas com expoentes de nossa diplomacia destacam-se as dos ex-ministros das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha (publicada em livro³), Azeredo da Silveira, Mário Gibson Barbosa e Saraiva Guerreiro. Essa linha de pesquisa continua alimentando o acervo de entrevistas até hoje, sendo inclusive um dos módulos do projeto PRONEX desenvolvido pelo CPDOC.

² *Getúlio: uma história oral*. / Coord. Valentina da Rocha Lima... [et al]. Rio de Janeiro, Record, 1986. Uma das entrevistas temáticas sobre Getúlio Vargas também foi publicada: *Tancredo fala de Getúlio (depoimento)*. / Org. Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos. Porto Alegre, L&PM, 1986.

³ *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC*. [Por Vasco Leitão da Cunha] Entrevista concedida a Aspásia Camargo, Zairo Borges Cheibud. Luciana Nóbrega: Edição de texto Dora Rocha

A produção de entrevistas nos primeiros anos de funcionamento do programa de história oral foi bastante expressiva. Muitas delas foram publicadas - uma forma, talvez, de se atingir o “público mais amplo” mencionado no projeto inicial: entrevistas de Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, Afonso Arinos, José Américo de Almeida e Amaral Peixoto.⁴

Um marco importante para a trajetória do programa foi a publicação, ainda em 1981, do primeiro *Catálogo de depoimentos*, contendo dados de 120 entrevistas.

4. O tratamento das entrevistas

Se a divulgação das entrevistas a um público amplo, que incluía pesquisadores e estudiosos, era um dos objetivos do programa de história oral, havia que cuidar também do tratamento das entrevistas gravadas. As atividades de socialização do acervo nunca deixaram de fazer parte das preocupações do programa. Mas, como em todo programa de história oral, elas nunca deixaram de constituir problemas.

O projeto inicial é bastante otimista a esse respeito. A liberação para consulta da versão transcrita das entrevistas era tida como resultado final do projeto:

"O resultado final do programa de história oral será a transcrição datilografada dos textos integrais das entrevistas gravadas, com seus respectivos resumos, índice remissivo de personalidades citadas e um comentário da entrevista, para maior esclarecimento do usuário."

O cronograma de execução de uma entrevista era dividido em fases e estimava-se "o fluxo total de atividades em média de trinta e oito dias" para o tratamento de uma entrevista de cerca de 9 a 12 horas de gravação. As etapas de preparação e realização da entrevista eram em muito menor número do que as de seu

Flaksman; pesquisa e notas Alexandra de Mello e Silva, Letícia Pinheiro. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

⁴ Meio século de combate; diálogo com Cordeiro de Farias. / Org. Aspásia Camargo e Walder de Góes. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. Juracy Magalhães; minhas memórias provisórias; depoimento prestado ao CPDOC. / Coord. Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo e Paulo Cesar Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. *O intelectual e o político; encontros com Afonso Arinos*. / Org. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani, Maria Tereza Teixeira. Brasília, DF, Senado Federal, Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. *O Nordeste e a política; diálogo com José Américo de Almeida*. / Org. Aspásia Camargo, Eduardo Raposo e Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984. *Artes da política; diálogo com Amaral Peixoto*. / Org. Aspásia Camargo... [et al]. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

tratamento: contatos para obtenção da entrevista, coleta de dados, preparação do roteiro e realização da entrevista. O tratamento compreendia: transcrição, datilografia (até aqui, estimava-se de 20 a 25 dias), revisão pelo entrevistador, nova datilografia, revisão pelo autor (estas últimas etapas deveriam consumir de 10 a 15 dias), acordo final de doação, última datilografia e rubrica da entrevista pelo entrevistado, resumo, índice remissivo, comentário da entrevista e arquivamento.

Já no relatório de 1976, no entanto, é constatado atraso no processamento do acervo, justificado, de um lado, pela necessidade de não perder os testemunhos e, de outro, pela carência de pessoal:

"Desde o início de nosso programa, temos sido conscientes de que travamos uma luta contra o tempo, ao procurar recuperar os últimos testemunhos de uma geração de políticos que, rapidamente, desaparece. Em função disso, procuramos também acelerar a gravação de depoimentos em detrimento do processamento da transcrição e revisão de entrevistas já realizadas, que, por carência de pessoal, tem sido muitas vezes transferido para o lento 'serviço de terceiros'."

O assunto é retomado nas considerações finais:

"Outro fator de estrangulamento do programa de história oral é o trabalho de transcrição. Os técnicos são muitas vezes despreparados para a especificidade da tarefa. Inversamente, estudantes e estagiários não apresentam a seriedade e o empenho que esta árdua função exige. Por outro lado, técnicos com qualificação para transcrição histórica exigem pagamento elevado por seus serviços."

Em documento de 1977, o problema reaparece: entre os "impasses que se apresentaram no desenrolar dos trabalhos",

"o maior (...) talvez tenha sido o 'engarrafamento' das transcrições. Procuramos superá-lo contratando serviços de autônomos e nomeando um supervisor-responsável, encarregado da seleção e do treinamento do pessoal, da padronização e do controle de qualidade das transcrições. O corpo de transcritores, ainda em fase de organização, está atualmente integrado por sete pessoas (...)."

Em 1979, o CPDOC resolve criar um subsetor de editoração, "para atender às necessidades do conjunto do Centro e com o objetivo de racionalizar a aplicação de

recursos na transcrição e revisão de entrevistas” e até fins dos anos 1980, as tarefas de transcrição e copidesque das entrevistas passaram a ser feitas naquele subsetor - o que não eximia os pesquisadores do programa das atividades de conferência de fidelidade da transcrição, leitura final e sumário das entrevistas.

Entre as mudanças instituídas ainda nesse período, vale destacar a decisão, tomada nos anos 1980, de se acordar previamente, com o entrevistado, a cessão da entrevista ao CPDOC. Passou-se então a solicitar do entrevistado que assinasse o documento de cessão depois da última sessão de entrevista, e não mais após a revisão e aprovação da versão transcrita. Além disso, foi suspensa a elaboração dos índices onomásticos para cada entrevista.

Já nos anos 1990, uma série de razões levou o programa a não mais transcrever todas as entrevistas. Os depoimentos são agora liberados para consulta na forma de escuta - à condição, evidentemente, de terem sido cedidos formalmente ao CPDOC -, acompanhados de ficha técnica e sumário. Eis, portanto, uma mudança significativa na trajetória do acervo de história oral do CPDOC: de resultado final, como consta do projeto de implantação do programa, a transcrição passou a ser exceção no tratamento das entrevistas.

5. Convênios e parcerias

O ano de 1987 marca o início dos convênios do CPDOC com instituições externas para o desenvolvimento de projetos em história oral. Isso não quer dizer, contudo, que a partir daí a sistemática de trabalho tenha mudado radicalmente. Na verdade, a passagem da fase em que a instituição era subvencionada pela Finep e pela FGV para a fase de "auto-suficiência" foi e está sendo bastante gradual.

Os primeiros convênios foram firmados com instituições estatais: o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, da Eletrobrás, e a Petrobrás. Ambos começaram coincidentemente em março de 1987. O primeiro projeto, intitulado *Memória do Setor de Energia Elétrica* teve por objeto, segundo Ignez Cordeiro de Farias, que o coordenou,

"recuperar a história do setor de energia elétrica no país no período compreendido entre a apresentação da proposta de criação da Eletrobrás e sua

efetiva implantação. Esse período estende-se de 1953, ano no qual a Assessoria Econômica do segundo governo Vargas elaborou quatro projetos de lei referentes ao setor de energia elétrica, entre eles o da Eletrobrás, a 1962, ano em que a empresa foi constituída."⁵

O convênio desenvolveu-se de 1987 a 1988, período no qual foram realizadas 18 entrevistas, totalizando 113 horas de duração. Os depoimentos encontram-se tanto no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil quanto no CPDOC. Duas das entrevistas foram publicadas em livro, ainda na vigência do convênio: as de Lucas Lopes e Octávio Marcondes Ferraz.⁶ Dados sobre as entrevistas e seu conteúdo foram publicados no catálogo *Programa de história oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos* (Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990).

O *Projeto Memória da Petrobrás* estendeu-se de 1987 a 1990 e consistiu na implantação de um acervo de entrevistas de história oral cujo objetivo era resgatar a trajetória do setor petrolífero no Brasil, com destaque para a história da Petrobrás. As entrevistas versam sobre os seguintes temas: a) no que se refere à fase anterior à criação da Petrobrás, as agências estatais vinculadas ao setor, o refino privado e a campanha "O petróleo é nosso"; b) para a fase posterior, questões ligadas à implantação e à consolidação da companhia, com destaque para as diferentes áreas de atuação (refino, distribuição, geologia, perfuração e produção), atividades de suporte (pesquisa, administração e finanças) e atuação sindical, estendendo-se de meados dos anos 1950 até fins dos anos 1960. No total foram realizadas 38 entrevistas, com 202 horas de duração, material que se encontra no acervo do CPDOC. Foi elaborado também um catálogo dos depoimentos: *Memória da Petrobrás: acervo de depoimentos* (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/Petrobrás, 1988).

O projeto *Memória da Petrobrás* envolveu ainda a elaboração de um livro sobre a história da empresa, em que as entrevistas realizadas foram utilizadas como

⁵ Ignez Cordeiro de Farias, "Introdução". *Programa de história oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1990.

⁶ *Memórias do desenvolvimento; Lucas Lopes* / Coord. Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. Equipe: Programa de História Oral do CPDOC. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. *Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da engenharia nacional* / Coord. Renato Feliciano Dias. Equipe: Programa de História Oral do CPDOC. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1993.

fontes, ao lado de outras. O livro foi escrito pelos pesquisadores diretamente envolvidos no projeto.⁷

Um terceiro convênio, firmado ainda nessa época, teve também como instituição de parceria uma agência estatal: o Banco Central do Brasil. O projeto *Memória do Banco Central do Brasil* vem se desenvolvendo desde 1989 pelo CPDOC e consiste na realização e na editoração de entrevistas de história oral com presidentes e diretores do Banco, bem como com pessoas que tiveram atuação destacada na política econômica do país. Entre os entrevistados estão Octavio Gouvêa de Bulhões, Dênio Nogueira, Alexandre Kafka, Casimiro Ribeiro, Ernane Galvêas, Paulo Lira, Ruy Leme, Carlos Brandão, Carlos Geraldo Langoni e Affonso Celso Pastore. Dois depoimentos já se encontram publicados, na série “Memória do Banco Central”: *Octavio Gouvêa de Bulhões: depoimento* (1990) e *Dênio Nogueira: depoimento* (1993).⁸

Pelo recorte temático, pela formação e atuação dos entrevistados, todos esses convênios puderam se adequar perfeitamente à linha de acervo do CPDOC, que, desde o início, já incluía o segmento das elites "tecnocráticas". O projeto inicial do programa já se referia, por exemplo, ao tema "política econômico-financeira (técnicos de alto nível, ministros e assessores)", como integrando as áreas de investigação. Em documento de trabalho de 1977, são definidas três áreas de concentração das entrevistas: partidária, militar e técnico administrativa, esta última incluindo quatro entrevistas já realizadas. Nos anos seguintes, conforme já se viu acima, o segmento "tecnocratas" não deixou de figurar entre os depoimentos realizados.

A consolidação desse bloco temático no acervo de entrevistas do CPDOC possibilitou uma reflexão mais ampla sobre o papel dessas "elites tecnocráticas" na história contemporânea brasileira. Com efeito, em projeto de 1992, Ângela de Castro Gomes, então coordenadora do programa de história oral, chamou a atenção para esse potencial do acervo:

⁷ DIAS, José Luciano de Mattos & Quaglino, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro, FGV/Petrobrás, 1993.

⁸ *Octavio Gouvea de Bulhões, depoimento*. / Coord. Ignez Cordeiro de Farias... [et al]. Brasília, Memória do Banco Central; Rio de Janeiro, Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1990. *Dênio Nogueira, depoimento*. Brasília, Memória do Banco Central; Rio de Janeiro, Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1994.

"Analisar essa elite [tecnocrática] tendo por referência o seu próprio discurso, seguindo as indicações por ela formuladas, parece ser uma forma útil de se produzir conhecimentos que efetivamente ajudem a explicar os caminhos trilhados pela sociedade e pelo Estado brasileiros. Uma boa estratégia de pesquisa é o acompanhamento de sua trajetória de vida."

Parte dos resultados dessa reflexão podem ser consultados nos artigos publicados em *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*, livro no qual pesquisadores da equipe do programa discutem o tema das transformações ocorridas na composição da burocracia desde 1930 até o pós-64, a partir das entrevistas do acervo e de fontes escritas de diversas naturezas.⁹

6. A situação atual

O acervo de entrevistas de história oral do CPDOC não pára de crescer. Só no ano de 1997, 50 entrevistas com mais de 250 horas de duração foram integradas a ele, originadas das diferentes pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do Centro.

Parte dessas pesquisas está atrelada a convênios, como é o caso do convênio com a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), firmado em maio de 1997, que tem por objetivo o estudo e a elaboração de produtos culturais relativos à história política carioca e fluminense, entre eles entrevistas de história oral.

Outras pesquisas fazem parte do projeto *Brasil em transição: um balanço do final do século XX*, que o CPDOC desenvolve desde dezembro de 1996 dentro do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os módulos sobre história da imprensa, relações internacionais, militares e democracia e história política do Rio de Janeiro têm alimentado permanentemente o acervo com novas entrevistas.

Os projetos *1964 e o regime militar* e *Democracia e forças armadas no Cone Sul*, coordenados por Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, são outro exemplo de projetos que vêm alimentando o acervo do CPDOC com entrevistas estratégicas para

⁹ Ângela de Castro Gomes (coord.) *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

o estudo da história contemporânea brasileira, dando origem, inclusive, a publicações importantes, como a trilogia sobre o regime militar e a entrevista de Ernesto Geisel.¹⁰

* * *

O acervo de entrevistas de história oral do CPDOC é extremamente rico em conteúdo e em possibilidades de análise. Alguns exemplos, aliás, de suas possibilidades de consulta podem ser encontrados na coletânea de artigos *Entrevistas*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira.¹¹ Os depoimentos foram sendo abertos ao público em diferentes momentos da trajetória do CPDOC, de modo que seguem padrões às vezes distintos de processamento. Todos eles, no entanto, sejam transcritos ou não, vêm acompanhados de instrumentos essenciais à consulta, como o sumário e a ficha técnica. O CPDOC tem consciência da riqueza do material sob sua guarda e vem trabalhando, há alguns meses, na organização do acervo com vistas à elaboração de um novo catálogo de depoimentos, a fim de tornar sua riqueza acessível a um número maior de pesquisadores e estudiosos da história do Brasil.

¹⁰ *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964.* / Introdução e Organização [de] Maria Celina Soares D'Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Corrêa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. *Os anos de chumbo; a memória militar sobre a repressão.* / Introdução e organização [de] Maria Celina Soares D'Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Corrêa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. *A volta aos quartéis: a memória sobre a abertura.* / Introdução e organização de Glaucio Ary Dillon Soares, Maria Celina Soares D'Araújo, Celso Corrêa Pinto de Castro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. *Ernesto Geisel* / Organizadores Maria Celina Soares D'Araújo e Celso Corrêa de Castro. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1997.

¹¹ Marieta de Moraes Ferreira (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro, FGV, 1994.